

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e Conselho de Administração da
Associação Pró-Dança
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Pró-Dança (“Entidade ou Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Pró-Dança** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG “2002 R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros”, também pela da NBC TG “1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas” para os aspectos não abordados pela ITG “2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

As demonstrações contábeis são submetidas à auditoria externa, ao Conselho Fiscal para emissão de parecer, ao Conselho de Administração para aprovação e, por fim, à Assembleia Geral para homologação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2025.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.584	8.148	Contas e títulos a pagar	10	78	72
Adiantamentos	4.d	297	212	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		155	174
Contas a receber	6	-	287	Provisões trabalhistas e encargos	11	1.202	1.260
Estoques	4.e	69	38	Receitas diferidas		-	286
Despesas antecipadas	4.f	116	105	Recursos de lei de incentivos fiscais	12	1.869	1.144
		12.066	8.790	Recursos do contrato de gestão	13	7.811	5.043
						11.115	7.979
Não circulante				Não circulante			
Depósitos para recursos judiciais	7	12.006	10.479	Provisão para demandas judiciais	14	12.006	10.479
Aplicações financeiras vinculadas	8	6.792	7.023	Recursos do contrato de gestão	13	6.792	7.023
Títulos e valores mobiliários (reserva para investimentos)	16	13.085	12.441	Obrigações com o Estado (imobilizado)	13 / 15	6.492	6.741
Imobilizado	9	7.241	7.608	Reserva para investimentos	13 / 16	13.085	12.441
Intangível	9	31	19			38.375	36.684
		39.155	37.570				
				Patrimônio líquido	17		
				Patrimônio social		1.731	1.697
						1.731	1.697
Total do ativo		51.221	46.360	Total do passivo e patrimônio líquido		51.221	46.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

VERONICA RIBEIRO
GERLAH
PAGANATTO:36114236
882

Assinado de forma digital por
VERONICA RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:36114236882
Dados: 2025.03.13 16:39:14
-03'00'

Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 228.782.078-74

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP 267754/O-2
CPF 361.142.368-82

Assinado de forma digital por
Pétrick Joseph Janofsky
Canonico Pontes:22878207874
Dados: 2025.03.13 18:47:51
-03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações do resultado Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais			
Receitas do contrato de gestão	18	23.968	21.657
Receitas financeiras	19	3.766	3.890
Receitas de atividades próprias	20	6.159	4.838
Gratuidade - serviços voluntários	4.l	135	84
Receitas de atividades mercantis		5	4
		34.033	30.473
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(17.908)	(16.905)
Atividades artísticas	22	(5.204)	(4.798)
Atividades educacionais	23	(2.472)	(1.639)
Despesas administrativas e gerais	24	(3.738)	(3.220)
Divulgação e comunicação		(833)	(701)
Gratuidade - serviços voluntários	4.l	(135)	(84)
Utilidades Públicas		(374)	(145)
Impostos, taxas e contribuições	25	(867)	(845)
Despesas financeiras	26	(755)	(797)
Depreciações e amortizações		(1.710)	(1.350)
Custos de atividades mercantis		(3)	(7)
		(33.999)	(30.491)
Superávit/(Déficit) líquido do exercício		34	(18)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Petrick Joseph Janofsky
Canônico Pontes:22878207874

Assinado de forma digital por Petrick
Joseph Janofsky Canônico
Pontes:22878207874
Dados: 2025.03.13 18:48:03 -03'00'

VERONICA
RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:361
14236882

Assinado de forma digital por VERONICA
RIBEIRO GERLAH PAGANATTO:3614236882
Dados: 2025.03.13 16:39:02 -03'00'

Pétrick Joseph Janofsky Canônico Pontes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 228.782.078-74

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP 267754/O-2
CPF 361.142.368-82

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	34	(18)
Total do resultado abrangente	34	(18)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Petrick Joseph Janofsky

Canonico Pontes:22878207874

Assinado de forma digital por Petrick
Joseph Janofsky Canonico
Pontes:22878207874
Dados: 2025.03.13 18:48:14 -03'00'

VERONICA RIBEIRO
GERLAH
PAGANATTO:3611
4236882

Assinado de forma digital
por VERONICA RIBEIRO
GERLAH
PAGANATTO:36114236882
Dados: 2025.03.13 16:39:47
-03'00'

Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 228.782.078-74

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP 267754/O-2
CPF 361.142.368-82

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits líquidos/ (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.715	-	1.715
Déficit líquido do exercício de 2023	-	(18)	(18)
Transferência do déficit acumulado de 2023	(18)	18	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.697	-	1.697
Superávit líquido do exercício de 2024	-	34	34
Transferência do superávit acumulado de 2024	34	(34)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.731	-	1.731

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

VERONICA RIBEIRO
GERLAH
PAGANATTO:36114
236882

Assinado de forma digital por
VERONICA RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:36114236882
Dados: 2025.03.13 16:40:04
-03'00'

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP 267754/O-2
CPF 361.142.368-82

Pétrick Joseph Janofsky Canonic Pontes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 228.782.078-74

Pétrick Joseph
Janofsky Canonic
Pontes:22878207874

Assinado de forma digital por
Pétrick Joseph Janofsky
Canonic Pontes:22878207874
Dados: 2025.03.13 18:48:27
-03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	34	(18)
Itens que não afetam o caixa		
(+) Depreciações e amortizações	1.710	1.350
(-) Baixa Imobilizado	-	11
(-/+) Provisão para demandas judiciais	1.527	1.531
Déficit do exercício ajustado	3.271	2.874
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Variação nas contas patrimoniais		
(+/-) Redução/(aumento) de contas a receber	287	(275)
(-) (Aumento) de adiantamentos	(85)	(78)
(-/+) (Aumento)/redução de estoques	(31)	5
(-) (Aumento) de despesas antecipadas	(11)	(38)
(+/-) Aumento/(redução) de contas e títulos a pagar	6	(163)
(-/+) (Redução)/aumento de obrigações trabalhistas e encargos	(18)	50
(-/+) (Redução)/aumento de provisões trabalhistas e encargos	(58)	569
(-/+) (Redução)/aumento de receitas diferidas	(286)	286
(+) Aumento de recursos de lei de incentivos fiscais	725	89
(+) Aumento do recursos do Contrato de Gestão	2.768	779
	3.297	1.224
(=) Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	6.568	4.098
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
(-) (Aumento) de depósitos para recursos judiciais	(1.527)	(1.524)
(+/-) Redução/(aumento) de aplicações financeiras vinculadas	231	(1.276)
(-/+) (Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários	(644)	104
(-) (Aquisição) de bens do imobilizado e intangível	(1.355)	(1.920)
	(3.295)	(4.616)
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(3.295)	(4.616)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		
(-/+) (Redução)/aumento do recursos do Contrato de Gestão	(231)	1.276
(-/+) (Redução)/aumento de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(249)	386
(+/-) Aumento/(redução) das reservas para investimentos	644	(104)
	164	1.558
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	164	1.558
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.436	1.040
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.148	7.108
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.584	8.148
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.436	1.040

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Petrick Joseph Janofsky
Canonico Pontes:22878207874

Assinado de forma digital por Petrick Joseph
Janofsky Canonico Pontes:22878207874
Dados: 2025.03.13 18:48:38 -03'00'

VERONICA RIBEIRO
GERLAH
PAGANATTO:361142368
82
Assinado de forma digital por
VERONICA RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:36114236882
Dados: 2025.03.13 16:40:21
-03'00'

Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 228.782.078-74

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP 267754/O-2
CPF 361.142.368-82

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

1. Objetivos sociais

A Associação Pró-Dança (“Associação”), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apartidária. Tem por finalidades: apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, conforme o artigo 5º de seu Estatuto Social.

A Associação Pró-Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 31 de outubro de 2009.

2. Contratos de Gestão

A Associação Pró Dança tem Contratos de Gestão firmados com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas:

a. Contrato de Gestão nº 001/2019 - São Paulo Companhia de Dança

Firmado em 01 de dezembro de 2019, pelo período de cinco anos, com vigência inicial de 1º de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2024, o Contrato de Gestão nº 001/2019 tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança. Foi previsto inicialmente o repasse global de R\$ 56.557 pelo poder público. Para o exercício de 2019, o valor foi proveniente da transferência de Saldo da Conta Fundo de Reserva do CG 001/2014 no montante de R\$ 875; também por meio de transferência de R\$ 52 deste mesmo Fundo de Reserva e CG 001/2014 será a composição do fundo de reserva previsto na Cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea “b” do Contrato CG 001/2019.

Em 27 de dezembro de 2019 foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado um acréscimo de R\$ 2.395, vindo a totalizar o montante de recursos para 2019 o valor de R\$ 3.269. Desta forma, ficou acordado o repasse global de R\$ 58.952.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Em 08 de julho de 2020 foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.609. Para o exercício de 2020, o montante acordado foi de R\$ 9.043. Este aditamento autorizou ainda o uso do saldo remanescente do CG 01/2014), findo em 30 de novembro de 2019, no valor de R\$ 138 (Cl. 5ª), bem como a utilização de R\$ 600 (Cl.6ª), a fim de reduzir os efeitos da redução de repasses em atenção ao Decreto Estadual 64.936/2020. As metas e atividades para o exercício de 2020, inclusive a meta de captação, também foram revistas.

Em 29 de abril de 2021, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.689. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 11.000.

Em 17 de maio de 2022, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.886. Para o exercício de 2022, o montante acordado foi de R\$ 11.526.

Em 29 de dezembro de 2022, foi firmado o 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.657. Para o exercício de 2023, o montante acordado foi de R\$ 11.526 e receitas financeiras da conta de reserva para sede/projetos especiais, até o limite de R\$ 1.501, conforme Cl. 7ª, § 14º.

Em 15 de março de 2024, foi firmado o 6º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 71.664. Para o exercício de 2024, o montante acordado foi de R\$ 13.500 e Reversão da conta de Recursos de Reservas. O 6º Termo de Aditamento também prorrogou a vigência contratual até 31 de dezembro de 2024.

Em 03 de julho de 2024, foi firmado o 7º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordada a reversão de receitas financeiras da conta de reserva para sede/projetos especiais, até o limite de R\$ 628, conforme Cl. 7ª, § 16º, para o custeio de serviços terceirizados de segurança, limpeza, recepção e manutenção predial, bem como para pagamento das contas de água e de energia elétrica do prédio Oswald de Andrade (Rua Três Rios, 363 - Bom Retiro, São Paulo/SP), referente ao período de 01/05/2024 a 31/08/2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possui, deste Contrato de Gestão, saldo de R\$ 4.220 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2023) registrados no passivo circulante (vide nota explicativa 13). Com o seu encerramento em 31 de dezembro de 2024, os compromissos do referido contrato serão quitados e prestadas contas de acordo com os termos contratuais.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

b. Contrato de Gestão nº 05/2021 - São Paulo Escola de Dança

Firmado em 30 de dezembro de 2021, pelo período de cinco anos, com vigência inicial de 30 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2026, tem como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Escola Dança - Centro de Formação em Artes Coreográficas, tendo sido previsto inicialmente o repasse global de R\$ 60.092. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 2.800, cujo destino é a Constituição Fundos e uso na reforma, adaptação e implantação do espaço destinado à escola, conforme Rubrica 1.2.5 do Anexo III do Contrato de Gestão. Para o exercício de 2022, o montante acordado foi de R\$ 8.000.

Em 08 de novembro de 2022, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 61.092. Para o exercício de 2022 foi acrescido R\$ 1.000 para investimentos em equipamentos e mobiliários, e em obras adicionais para melhoria do espaço destinado à São Paulo Escola de Dança.

Em 28 de dezembro de 2022, foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 61.815. Para o exercício de 2023, o montante acordado foi de R\$ 12.475.

Em 10 de abril de 2024, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 62.777. Para o exercício de 2024, o montante acordado foi de R\$ 13.099.

Em 27 de dezembro de 2024, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 63.077. Para o exercício de 2024, o montante acordado foi de R\$ 13.399.

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possui, deste Contrato de Gestão, saldo de R\$ 3.591 (R\$ 2.971 em 31 de dezembro de 2023), registrados no passivo circulante (vide nota explicativa 13), a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

c. Contrato de Gestão nº 02/2024 - São Paulo Companhia de Dança

Firmado em 31 de dezembro de 2024, pelo período de cinco anos, com vigência inicial de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, o Contrato de Gestão nº 02/2024 tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança. Foi previsto o repasse global de R\$ 78.700. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas convencionadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentaria do Estado ou de comum acordo entre as Partes. Para o exercício de 2025, o montante acordado foi de R\$ 18.700, sendo: R\$ 696 de saldo de Recursos de Repasse CG 001/2019; R\$ 3.700 de saldo de recursos de captação do CG 001/2019; e R\$ 14.304 de repasse pelo poder público. Também por meio de transferência do CG 001/2019 em montante de R\$ 5.278 será composto o Fundo de Contingência previsto na Cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea “c” do CG 02/2024. Por fim, por meio da transferência do CG 001/2019 em montante de R\$ 13.051 será composta a fim de dar permanência às atividades da Companhia, com espaços e condições técnicas condizentes com a qualidade do trabalho e as necessidades específicas de um corpo estável de dança, além de ampliar a visibilidade e a qualidade artística de suas atividades.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas Pessoas Jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Administrativa Financeira, apreciada por esta auditoria independente, pelo Conselho Fiscal e submetida e aprovada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral em 06 de março de 2025.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Critério de classificação entre circulante e não circulante Ativos são considerados como circulantes quando: espera-se que sua realização ocorra dentro do ciclo operacional, seja classificado como para negociação, espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, seja um caixa ou equivalente de caixa. Os demais ativos são classificados como não circulantes. Passivos são considerados como circulantes quando: espera-se que sua liquidação ocorra dentro do ciclo operacional, seja classificado como para negociação, espera-se, e tem-se a intenção de, liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais passivos são classificados como não circulantes.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusos na Nota Explicativa nº 14 - Provisão para demandas judiciais.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Aplicações financeiras vinculadas e Títulos e valores mobiliários, Contas e títulos a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(i) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é apresentada nas seguintes categorias:

- Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado;
- Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes;
- Ativos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial conforme modelo de negócio da Associação. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(ii) Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes.

(iii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado quando se gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Associação mensura o valor recuperável de seus ativos financeiros, avaliados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

b. Apuração do superávit/(déficit)

Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, demais leis de incentivos ou do contrato de gestão, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto observando o disposto na NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Em 31/12/2024 não havia saldo de valores a receber.

d. Adiantamentos

Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

e. Estoques

Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado.

f. Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal.

g. Depósitos judiciais

Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais da COFINS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do Contrato de Gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido das variações monetárias, apropriadas até a data do balanço.

h. Aplicações financeiras vinculadas

Os saldos de aplicações financeiras vinculados a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

i. Imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Os métodos de depreciação, vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Gratuidade - serviços voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da Administração.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

As principais receitas com gratuidades advêm da participação voluntária de Conselheiros e Associados em reuniões ordinárias e extraordinárias.

m. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

n. Demonstração do fluxo de caixa

A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

o. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 27.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recursos Próprios		
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	949	812
	<u>949</u>	<u>812</u>
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Caixa	33	54
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	4.689	2.811
	<u>4.722</u>	<u>2.865</u>
Contrato de Gestão nº 05/2021		
Caixa	6	6
Bancos conta movimento (a)	-	17
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	4.038	3.304
	<u>4.044</u>	<u>3.327</u>
Lei de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	402	7
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	1.467	1.137
	<u>1.869</u>	<u>1.144</u>
	<u><u>11.584</u></u>	<u><u>8.148</u></u>

- (a) Os Saldos “Bancos conta movimento” são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha (Banco do Brasil e Banco Itaú); e
- (b) As aplicações referem-se a cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato da Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI (93% a 100% em 2024 e 94% a 97% em 2023), mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. Entre 17 e 26/12/2024 houve aportes financeiros de R\$ 910 em “conta bloqueio” de titularidade da Associação, sob movimentação exclusiva do Ministério da Cultura, em que o Banco do Brasil aplicou automaticamente os valores em uma de suas modalidades que acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI (74% em 2024). Apenas após a liberação desses recursos para movimentação é que a Associação pode aplicar a política de investimentos acima referida.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Composição das aplicações financeiras:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recursos Próprios		
Banco Itaú - Fundo de Investimento	949	812
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	607	620
Banco Itaú - Fundo de Investimento	4.082	2.191
Contrato de Gestão nº 05/2021		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	4.038	3.304
Lei de Incentivos Fiscais		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	1.467	1.137
	<u>11.143</u>	<u>8.064</u>

6. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Apresentações nacionais	-	6
Apresentações internacionais	-	225
Programa de patronos e doações	-	23
Vendas de livros	-	-
Outras	-	33
	<u>-</u>	<u>287</u>

7. Depósitos para recursos judiciais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósito judicial - COFINS	12.006	10.479
	<u>12.006</u>	<u>10.479</u>

O montante de R\$ 12.006, em 31 de dezembro de 2024, suporta as provisões para demandas judiciais (vide nota explicativa 14), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (i)	-	1.025
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (ii)	5.364	4.870
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (iii)	873	788
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (iv)	555	340
	<u>6.792</u>	<u>7.023</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

(i) Fundo de Reserva - Contrato de Gestão nº 001/2019

Constituído de acordo com a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (b) do Contrato de Gestão e do primeiro termo de aditamento assinado em 27 de dezembro de 2019, equivalente a 6% dos valores repassados no primeiro ano de vigência do Contrato de Gestão.

Com a finalização do Contrato de Gestão em 31/12/2024 foi autorizada a reversão desse fundo através do 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão 001/2019 assinado em 15 de março de 2024 para investimentos e custeio de atividades do Plano de Trabalho de 2024. Considerando que tal conta visa cobrir eventuais atrasos de repasses pelo poder público, a Diretoria houve por bem realizar esta reversão apenas em julho de 2024.

(ii) Fundo de Contingência - Contrato de Gestão nº 001/2019

Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (c) do Contrato de Gestão com redação dada pelo primeiro termo de aditamento, no percentual de 2,84% do valor global do Contrato de Gestão definido no primeiro termo de aditamento.

Com a finalização do Contrato de Gestão em 31/12/2024 foi autorizada a transferência, a partir de 2025, desse fundo para constituição de um novo fundo de contingência, vinculado ao Contrato de Gestão 02/2024.

(iii) Fundo de Reserva - Contrato de Gestão nº 05/2021

Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (b) do Contrato de Gestão, equivalente a 3% do total de recursos dos financeiros repassados pelo Estado, sobre a parcela dos 2 (dois) primeiros anos de vigência do Contrato de Gestão.

(iv) Fundo de Contingência - Contrato de Gestão nº 05/2021

Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (c) do Contrato de Gestão, equivalente a 1,3% do valor global repassado pelo Estado, respeitando cada parcela repassada, de modo que este fundo continuará a ser constituído durante toda a vigência do Contrato de Gestão.

Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, condicionado à aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b) dos Contratos de Gestão.

Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de $\frac{3}{4}$ dos membros de seu Conselho de Administração, e da Secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas. Eventual saldo financeiro remanescente na conta de contingência, após o pagamento dos custos de desmobilização, eventuais despesas de encerramento ou liquidação das contingências, será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a rubrica contábil “Receita do contrato de gestão”, no passivo não circulante.

9. Imobilizado e intangível

a) Composição

	Prazo de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2024	Líquido 31/12/2023
Imobilizado					
Instalações	10 anos	15	(15)	-	-
Moveis e utensílios (a)	10 anos	726	(301)	425	376
Bens Móveis	5 anos	456	(456)	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos (a)	10 anos	1.992	(834)	1.158	1.101
Instrumentos musicais (a)	5 anos	71	(22)	49	46
Condicionadores de ar	5 anos	1.463	(478)	985	907
Equipamentos de informática (a)	5 anos	1.207	(703)	504	531
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos	6.146	(2.026)	4.120	4.647
Intangível					
Cessão de uso de software	1 a 5 anos	211	(180)	31	19
		<u>12.287</u>	<u>(5.015)</u>	<u>7.272</u>	<u>7.627</u>

(a) Na proposta vencedora para Gestão da São Paulo Escola de Dança a Associação incluiu a cessão em comodato de R\$ 1 milhão de reais em equipamentos de iluminação, sonorização, informática, audiovisual e materiais cênicos de propriedade da Associação. Do custo pertence à Associação:

- i. Máquinas, aparelhos e equipamentos: R\$ 870;
- ii. Equipamentos de informática: R\$ 95;
- iii. Instrumentos musicais: R\$ 43; e
- iv. Móveis e utensílios: R\$ 5.

b) Movimentação

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2024
Imobilizado					
Instalações	15	-	-	-	15
Moveis e utensílios	1.088	93	-	-	1.181
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.804	187	-	-	1.991
Instrumentos musicais	56	15	-	-	71
Condicionadores de ar	1.166	298	-	-	1.464
Equipamentos de informática	1.074	133	-	-	1.207
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.539	608	-	-	6.147
Intangível					
Cessão de uso de software	190	21	-	-	211
	<u>10.932</u>	<u>1.355</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.287</u>
Depreciações e amortizações	(3.305)	(1.710)	-	-	(5.015)
	<u>7.627</u>	<u>(355)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.272</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

10. Contas e títulos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Contratações de serviços	22	7
Aquisições de materiais	15	39
Locações de equipamentos e imóveis	15	21
Outros	26	5
	<u>78</u>	<u>72</u>

11. Provisões trabalhistas e encargos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para férias	884	925
Encargos sociais sobre provisão para férias	318	335
	<u>1.202</u>	<u>1.260</u>

Composição das provisões trabalhistas:

	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Provisão para férias	520	629
Encargos sociais sobre provisão para férias	189	230
Contrato de Gestão nº 05/2021		
Provisão para férias	364	296
Encargos sociais sobre provisão para férias	129	105
	<u>1.202</u>	<u>1.260</u>

12. Recursos de lei de incentivos fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
Projeto		
PRONAC 204081-SPCD Plano Tri-Anual 2021/2022/2023	-	1.141
PRONAC 222722-SP Escola de Dança 2024	2	-
PRONAC 238891-SPCD Plano Anual 2024	554	3
PRONAC 240604-APD MID Mostra Internacional de Dança 2024	100	-
PRONAC 247026-SPCD Plano Anual 2025	913	-
PROAC 23/2024 - SP Escola de Dança Espetáculo Rosto de Janus	300	-
	<u>1.869</u>	<u>1.144</u>

Corresponde à valores recebidos, antecipadamente, a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (PROMAC) ou pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (PROAC).

O saldo está depositado em conta específica, na Rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

13. Recursos do contrato de gestão

Descrição custo	Saldos em 31/12/2023	Repasses Recebidos	Transf.	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Transf. Imobilizado	Consumo	Saldos em 31/12/2024
Contrato de Gestão (001/2019) (a)	2.072	13.500	(112)	4.191	2.918	(286)	(18.063)	4.220
Contrato de Gestão (05/2021) (a)	2.971	13.399	(300)	398	661	535	(14.073)	3.591
Subtotal	5.043	26.899	(412)	4.589	3.579	249	(32.136)	7.811
Obrigações com o Estado:								
Fundo Reserva e Contingência (001/2019)	5.895	-	(1.081)	-	550	-	-	5.364
Fundo Reserva e Contingência (05/2021)	1.128	-	170	-	130	-	-	1.428
Total dos Fundos Reserva e Contingência	7.023	-	(911)	-	680	-	-	6.792
Ativo imobilizável e intangível (001/2019)	403	-	-	-	-	286	-	689
Ativo imobilizável e intangível (05/2021)	6.338	-	-	-	-	(535)	-	5.803
Total dos Ativo imobilizáveis e intangíveis	6.741	-	-	-	-	(249)	-	6.492
Reserva para Investimentos (001/2019)	12.441	-	(628)	-	1.274	-	(2)	13.085

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possui saldo de R\$ 7.811, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades dos referidos contratos e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

14. Provisão para demandas judiciais

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, substancialmente, questões tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise de processos judiciais pendentes e nas quantias envolvidas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais condenações em tais processos, podendo ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contingências - COFINS (a)	12.006	10.479
	<u>12.006</u>	<u>10.479</u>

- (a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Não obstante, no período de maio de 2010 a abril de 2011, a Administração adotou posição conservadora e recolheu a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias. Diante da notícia de que, em solução de consulta formulada por outra Organização Social, o Fisco Federal não reconheceu a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas em Contrato de Gestão, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contra prestacional direto, a partir de julho de 2011 a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória cumulada com repetição de indébito em face da União Federal, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anteriores e vem realizando depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas (vide nota explicativa 7). O processo tramita sob o nº 0011504-31.2011.4.03.6100 e se encontra em fase de apelação perante o TRF3;
- **CSLL:** A Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro;
 - **Imunidade tributária a impostos (IR, ITCMD e ISS):** A Associação, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributárias	10.479	1.527	-	12.006
	<u>10.479</u>	<u>1.527</u>	<u>-</u>	<u>12.006</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

15. Obrigações com o Estado (imobilizado)

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado aos Contratos de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com os Contratos de Gestão será utilizado exclusivamente nas atividades dos equipamentos públicos administrados.

	<u>Líquido</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Líquido</u> <u>31/12/2023</u>
Imobilizado		
Móveis e utensílios	421	372
Máquinas, aparelhos e equipamentos	463	328
Instrumentos musicais	21	10
Condicionadores de ar	985	906
Equipamentos de informática	451	459
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	4.120	4.647
Intangível		
Cessão de uso de software	31	19
	<u>6.492</u>	<u>6.741</u>

- (a) **Benfeitorias em Imóveis de Terceiros:** Para início das atividades na Rua Mauá, 55 - 3º andar, foi necessário reformar e adaptar o espaço para recebimento das equipes e atividades da São Paulo Escola de Dança.

16. Títulos e valores mobiliários (reserva para investimentos)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recuperação de depósitos judiciais - ISS	13.085	12.441
	<u>13.085</u>	<u>12.441</u>

Refere-se a recuperação dos depósitos judiciais do ISS acrescidos dos rendimentos financeiros.

A destinação deste valor é para ações estruturantes, a fim de dar permanência às atividades e consolidar uma sede própria para a São Paulo Companhia de Dança e só poderá ser utilizado mediante aprovação das partes de projeto para a finalidade prevista no caput da Cl. 7ª, § 13º do 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão 001/2019 assinado em 08 de julho de 2020.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Com a redução dos repasses do Contrato de Gestão ao longo dos anos, para o custeio do Plano de Trabalho de 2023, foi autorizada a utilização de receitas financeiras desta conta, até o limite de R\$ 1.501, conforme Cl. 7ª, § 14º do 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão 001/2019 assinado em 29 de dezembro de 2022.

Para o custeio de serviços terceirizados de segurança, limpeza, recepção e manutenção predial, bem como no pagamento das contas de água e de energia elétrica, do prédio da antiga Oficina Oswald de Andrade, Rua Três Rios, 363 - Bom Retiro, São Paulo, referente ao período de 01/05/2024 a 31/08/2024, foi autorizada a utilização de receitas financeiras desta conta, até o limite de R\$ 628, conforme Cl. 7ª, § 16º do 7º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 001/2019 assinado em 03 de julho de 2024.

A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva para investimentos	12.441	1.272	(628)	13.085
	<u>12.441</u>	<u>1.272</u>	<u>(628)</u>	<u>13.085</u>

Conforme CG 02/2024 assinado em 31/12/2024, este montante permanecerá vinculado para dar permanência às atividades da São Paulo Companhia de Dança, com espaços e condições técnicas condizentes com a qualidade do trabalho e as necessidades específicas de um corpo estável de dança, além de ampliar a visibilidade e a qualidade artística de suas atividades.

17. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

18. Receitas do contrato de gestão

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contrato nº 001/2019	10.955	11.255
Contrato nº 05/2021	13.013	10.402
	<u>23.968</u>	<u>21.657</u>

19. Receitas financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	3.026	3.117
Atualizações monetárias	715	772
Variações monetárias	25	1
	<u>3.766</u>	<u>3.890</u>

20. Receitas de atividades

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.804	2.608
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	550	354
Doações e patrocínios privados	557	533
Projetos incentivados - PRONAC/PROMAC	1.516	814
Recuperação de despesas e reembolsos	587	62
Outras	145	467
	<u>6.159</u>	<u>4.838</u>

21. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e remunerações	(9.407)	(9.032)
Encargos sociais	(3.457)	(3.429)
Benefícios	(2.200)	(1.794)
Estagiários/aprendizes	(62)	(69)
Provisão de férias e encargos	(1.553)	(1.467)
Provisão de 13º e encargos	(1.207)	(1.093)
Outras	(22)	(21)
	<u>(17.908)</u>	<u>(16.905)</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

22. Atividades artísticas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Coreografias	(725)	(897)
Taxas e impostos	(141)	(186)
Técnica e produção	(1.258)	(1.029)
Transportes e viagens	(1.867)	(1.819)
Figurino, cenário e iluminação	(179)	(370)
Outras	(1.034)	(497)
	<u>(5.204)</u>	<u>(4.798)</u>

23. Atividades educacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Consultoria pedagógica	(72)	(75)
Treinamento e capacitação de professores	(62)	(60)
Palestrantes e artistas convidados	(205)	(114)
Artistas residentes	(44)	(40)
Extracurriculares/extraclasse	(102)	(41)
Eventos e experimentos	(120)	(70)
Processo Seletivo	(4)	-
Biblioteca	(24)	(69)
Cursos regulares	(242)	(83)
Cursos de iniciação a dança	(118)	(97)
Cursos livres e de extensão cultural	(363)	(391)
Oportunidades e projetos especiais (a)	(1.075)	(560)
Produção de conteúdo	(41)	(39)
	<u>(2.472)</u>	<u>(1.639)</u>

(a) **Oportunidades e projetos especiais:** compõem o Eixo IV de Metas do Contrato de Gestão 05/2021 (São Paulo Escola de Dança). Consistem no oferecimento de bolsas - oportunidade, de intercâmbios culturais aos estudantes dos cursos regulares e o Jornada Paulista de Dança, que teve sua primeira edição em 2024.

24. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Consultorias e assessorias	(1.013)	(936)
Materiais de consumo	(267)	(263)
Seguros	(132)	(134)
Representação	(9)	(72)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(530)	(547)
Serviços de vigilância, bombeiro civil, informática e limpeza	(1.369)	(780)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(303)	(284)
Outras	(115)	(204)
	<u>(3.738)</u>	<u>(3.220)</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

25. Impostos, taxas e contribuições

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(834)	(754)
Imposto de renda sobre rendimentos de aplicações e exterior	-	(58)
Imposto de renda sobre remessas ao exterior	-	(3)
Imposto sobre operações financeiras	(19)	(18)
Imposto predial e territorial urbano	(11)	(10)
Taxas federais, estaduais e municipais	(3)	(2)
	<u>(867)</u>	<u>(845)</u>

26. Despesas financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atualizações monetárias	(715)	(768)
Despesas bancárias	(19)	(16)
Taxas e comissões de cartões de crédito	(21)	(2)
Outras	-	(11)
	<u>(755)</u>	<u>(797)</u>

27. Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Aplicações financeiras vinculadas e Títulos e valores mobiliários, Contas e títulos a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação está sujeita aos seguintes fatores de riscos:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. O risco de liquidez é atenuado pela constituição e manutenção de fundo de reserva e de contingência nos Contratos de Gestão.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

28. Cobertura de seguros

A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

29. Desmobilização

De acordo com a ITG 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade.

No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam em 31 de dezembro de 2024, a quantia de R\$ 3.864 (R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2023).

A desmobilização está apropriada de acordo com o quadro de funcionários de cada Contrato de Gestão, podendo ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contrato de Gestão (001/2019)	3.195	3.120
Contrato de Gestão (05/2021)	669	515
	<u>3.864</u>	<u>3.635</u>

30. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovação destas demonstrações contábeis que requeressem divulgação.

Petrick Joseph
Janofsky Canonico
Pontes:22878207874

Assinado de forma digital por
Petrick Joseph Janofsky Canonico
Pontes:22878207874
Dados: 2025.03.13 18:48:56 -03'00'

VERONICA RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:36114236882

Assinado de forma digital por
VERONICA RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:36114236882
Dados: 2025.03.12 11:05:13 -03'00'

Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 228.782.078-74

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP 267754/O-3
CPF 361.142.368-82

Balancos patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.584	8.148
Adiantamentos	4.d	297	212
Contas a receber	6	-	287
Estoques	4.e	69	38
Despesas antecipadas	4.f	116	105
		12.066	8.790
Não circulante			
Depósitos para recursos judiciais	7	12.006	10.479
Aplicações financeiras vinculadas	8	6.792	7.023
Títulos e valores mobiliários (reserva para investimentos)	16	13.085	12.441
Imobilizado	9	7.241	7.608
Intangível	9	31	19
		39.155	37.570
Total do ativo		51.221	46.360
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Contas e títulos a pagar	10	78	72
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		155	174
Provisões trabalhistas e encargos	11	1.202	1.260
Receitas diferidas		-	286
Recursos de lei de incentivos fiscais	12	1.869	1.144
Recursos do contrato de gestão	13	7.811	5.043
		11.115	7.979
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	14	12.006	10.479
Recursos do contrato de gestão	13	6.792	7.023
Obrigações com o Estado (imobilizado)	13 / 15	6.492	6.741
Reserva para investimentos	13 / 16	13.085	12.441
		38.375	36.684
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.731	1.697
		1.731	1.697
Total do passivo e patrimônio líquido		51.221	46.360

Demonstrações do resultado			
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
Receitas operacionais	Nota	31/12/2024	
Receitas do contrato de gestão		18	
Receitas financeiras		19	
Receitas de atividades próprias		20	
Gratuidade - serviços voluntários		4.1	
Receitas de atividades mercantis		5	
		34.033	
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		21	
Atividades artísticas		22	
Atividades educacionais		23	
Despesas administrativas e gerais		24	
Divulgação e comunicação		4.1	
Gratuidade - serviços voluntários		4.1	
Utilidades Públicas		25	
Impostos, taxas e contribuições		26	
Despesas financeiras		26	
Depreciações e amortizações		(1.710)	
Custos de atividades mercantis		(3)	
		(30.491)	
Superávit/(Déficit) líquido do exercício		34	
Demonstrações do resultado abrangente			
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	34	(18)	
Total do resultado abrangente	34	(18)	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
(Em milhares de Reais)			
	Patrimônio social	Superávits líquidos/(déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.715	-	1.715
Déficit líquido do exercício de 2023	-	(18)	(18)
Transfêrencia do déficit acumulado de 2023	(18)	18	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.697	-	1.697
Superávit líquido do exercício de 2024	-	34	34
Transfêrencia do superávit acumulado de 2024	34	(34)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.731	-	1.731
Demonstrações dos fluxos de caixa			
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	34	(18)	
Itens que não afetam o caixa			
(+) Depreciações e amortizações	1.710	1.350	
(-) Baixa Imobilizado	-	11	
(-/+) Provisão para demandas judiciais	1.527	1.531	
Déficit do exercício ajustado	3.271	2.874	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+/-) Variação nas contas patrimoniais			
(+/-) Redução/(aumento) de contas a receber	287	(275)	
(-) (Aumento) de adiantamentos	(85)	(78)	
(-/+) (Aumento)/redução de estoques	(31)	5	
(-) (Aumento) de despesas antecipadas	(11)	(38)	
(+/-) Aumento/(redução) de contas e títulos a pagar	6	(163)	
(+/-) (Redução)/aumento de obrigações trabalhistas e encargos	(18)	50	
(+/-) (Redução)/aumento de provisões trabalhistas e encargos	(58)	569	
(-/+) (Redução)/aumento de receitas diferidas	(286)	286	
(+) Aumento de recursos de lei de incentivos fiscais	725	89	
(+) Aumento do recursos do Contrato de Gestão	2.768	779	
(=) Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	6.568	4.098	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
(-) (Aumento) de depósitos para recursos judiciais	(1.527)	(1.524)	
(+/-) Redução/(aumento) de aplicações financeiras vinculadas	231	(1.276)	
(+/-) (Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários	(644)	104	
(-) (Aquisição) de bens do imobilizado e intangível	(1.355)	(1.920)	
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(3.295)	(4.616)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento			
(+/-) (Redução)/aumento do recursos do Contrato de Gestão	(231)	1.276	
(-/+) (Redução)/aumento de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(249)	386	
(+/-) Aumento/(redução) das reservas para investimentos	644	(104)	
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	164	1.558	
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.436	1.040	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.148	7.108	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.584	8.148	
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.436	1.040	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

1. Objetivos sociais: A Associação Pró-Dança ("Associação"), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apertidária. Tem por finalidades: apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, conforme o artigo 5º de seu Estatuto Social. A Associação Pró-Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 31 de outubro de 2009. **2. Contratos de Gestão:** A Associação Pró Dança tem Contratos de Gestão firmados com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas: **a. Contrato de Gestão nº 001/2019 - São Paulo Companhia de Dança:** Firmado em 01 de dezembro de 2019, pelo período de cinco anos, com vigência inicial de 1º de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2024, o Contrato de Gestão nº 001/2019 tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança. Foi previsto inicialmente o repasse global de R\$ 56.557 pelo poder público. Para o exercício de 2019, o valor foi proveniente da transferência de Saldo da Conta Fundo de Reserva do CG 001/2014 no montante de R\$ 875; também por meio de transferência de R\$ 52 deste mesmo Fundo de Reserva e CG 001/2014 será a composição do fundo de reserva previsto na Cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea "b" do Contrato CG 001/2019. Em 27 de dezembro de 2019 foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado um acréscimo de R\$ 2.395, vindo a totalizar o montante de recursos para 2019 o valor de R\$ 3.269. Desta forma, ficou acordado o repasse global de R\$ 58.952. Em 08 de julho de 2020 foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.609. Para o exercício de 2020, o montante acordado foi de R\$ 9.043. Este aditamento autorizou ainda o uso do saldo remanescente do CG 01/2014, findo em 30 de novembro de 2019, no valor de R\$ 138 (Cl. 5ª), bem como a utilização de R\$ 600 (Cl. 6ª), a fim de reduzir os efeitos da redução de repasses em atenção ao Decreto Estadual 64.936/2020. As metas e atividades para o exercício de 2020, inclusive a meta de captação, também foram revistas. Em 29 de abril de 2021, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.689. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 11.000. Em 17 de maio de 2022, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.886. Para o exercício de 2022, o montante acordado foi de R\$ 11.526. Em 29 de dezembro de 2022, foi firmado o 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 68.657. Para o exercício de 2023, o montante acordado foi de R\$ 11.526 e receitas financeiras da conta de reserva para sede/projetos especiais, até o limite de R\$ 1.501, conforme Cl. 7ª, § 14º. Em 15 de março de 2024, foi firmado o 6º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 71.664. Para o exercício de 2024, o montante acordado foi de R\$ 13.500 e Reversão da conta de Recursos de Reservas. O 6º Termo de Aditamento também prorrogou a vigência contratual até 31 de dezembro de 2024. Em 03 de julho de 2024, foi firmado o 7º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordada a reversão de receitas financeiras da conta de reserva para sede/projetos especiais, até o limite de R\$ 628, conforme Cl. 7ª, § 16º, para o custeio de serviços terceirizados de segurança, limpeza, recepção e manutenção predial, bem como para pagamento das contas de água e de energia elétrica do prédio Oswald de Andrade (Rua Três Rios, 363 - Bom Retiro, São Paulo/SP), referente ao período de 01/05/2024 a 31/08/2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possui, deste Contrato de Gestão, saldo de R\$ 4.220 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2023) registrados no passivo circulante (vide nota explicativa 13). Com o seu encerramento em 31 de dezembro de 2024, os compromissos do referido contrato serão quitados e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. **b. Contrato de Gestão nº 05/2021 - São Paulo Escola de Dança:** Firmado em 30 de dezembro de 2021, pelo período de cinco anos, com vigência inicial de 30 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2026, tem como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Escola Dança - Centro de Formação em Artes Coreográficas, tendo sido previsto inicialmente o repasse global de R\$ 60.092. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 2.800, cujo destino é a Constituição Fundos e uso na reforma, adaptação e implantação do espaço destinado à escola, conforme Rubrica 1.2.5 do Anexo III do Contrato de Gestão. Para o exercício de 2022, o montante acordado foi de R\$ 8.000. Em 08 de novembro de 2022, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 61.092. Para o exercício de 2022 foi acrescido R\$ 1.000 para investimentos em equipamentos e mobiliários, e em obras adicionais para melhoria do espaço destinado à São Paulo Escola de Dança. Em 28 de dezembro de 2022, foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 61.815. Para o exercício de 2023, o montante acordado foi de R\$ 12.475. Em 10 de abril de 2024, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 62.777. Para o exercício de 2024, o montante acordado foi de R\$ 13.099. Em 27 de dezembro de 2024, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, em que foi acordado o repasse global de R\$ 63.077. Para o exercício de 2024, o montante acordado foi de R\$ 13.399. Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possui, deste Contrato de Gestão, saldo de R\$ 3.591 (R\$ 2.971 em 31 de dezembro de 2023), registrados no passivo circulante (vide nota explicativa 13), a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação. **c. Contrato de Gestão nº 02/2024 - São Paulo Companhia de Dança:** Firmado em 31 de dezembro de 2024, pelo período de cinco anos, com vigência inicial de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, o Contrato de Gestão nº 02/2024 tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança. Foi previsto o repasse global de R\$ 78.700. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas convenionadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentária do Estado ou de comum acordo entre as Partes. Para o exercício de 2025, o montante acordado foi de R\$ 18.700, sendo: R\$ 696 de saldo de Recursos de Repasse CG 001/2019; R\$ 3.700 de saldo de recursos de captação do CG 001/2019; e R\$ 14.304 de repasse pelo poder público. Também por meio de transferência do CG 001/2019 em montante de R\$ 5.278 será composto o Fundo de Contingência previsto na Cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea "c" do CG 02/2024. Por fim, por meio da transferência do CG 001/2019 em montante de R\$ 13.051 será composta a fim de dar permanência às atividades da Companhia, com espaços e condições técnicas condizentes com a qualidade do trabalho e as necessidades específicas de um corpo estável de dança, além de ampliar a visibilidade e a qualidade artística de suas atividades. **3. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho

Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas Pessoas Jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Administrativa Financeira, apreciada por esta auditoria independente, pelo Conselho Fiscal e submetida e aprovada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral em 06 de março de 2025. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Critério de classificação entre circulante e não circulante Ativos são considerados como circulantes quando: espera-se que sua realização ocorra dentro do ciclo operacional, seja classificado como para negociação, espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, seja um caixa ou equivalente de caixa. Os demais ativos são classificados como não circulantes. Passivos são considerados como circulantes quando: espera-se que sua liquidação ocorra dentro do ciclo operacional, seja classificado como para negociação, espera-se, e tem-se a intenção de, liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais passivos são classificados como não circulantes. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na Nota Explicativa nº 14 - Provisão para demandas judiciais. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Aplicações financeiras vinculadas e Títulos e valores mobiliários, Contas e títulos a pagar. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **(i) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros é apresentada nas seguintes categorias: • Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado; • Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes; • Ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial conforme modelo de negócio da Associação. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **(ii) Ativos financeiros registrados ao custo amortizado:** O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes. **(iii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado quando se gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. **(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Associação mensura o valor recuperável de seus ativos financeiros, avaliados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **b. Apuração do superávit/(déficit):** Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, demais leis de incentivos ou do contrato de gestão, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto observando o disposto na NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **c. Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 31/12/2024 não havia saldo de valores a receber. **d. Adiantamentos:** Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **e. Estoques:** Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que

estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado. **f. Despesas antecipadas:** Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal. **g. Depósitos judiciais:** Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais da CO-FINS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do Contrato de Gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido das variações monetárias, apropriadas até a data do balanço. **h. Aplicações financeiras vinculadas:** Os saldos de aplicações financeiras vinculadas a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **i. Imobilizado e intangível: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulado, quando necessário. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, vida útil e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **j. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l. Gratuidade - serviços voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da Administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. As principais receitas com gratuidades advêm da participação voluntária de Conselheiros e Associados em reuniões ordinárias e extraordinárias. **m. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17. **n. Demonstração do fluxo de caixa:** A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. **o. Gerenciamento de risco financeiro:** A Associação apresenta exposição aos se-

...continuação
 guintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: ▪ Risco de liquidez; ▪ Risco de mercado. A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 27. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

	31/12/2024	31/12/2023
5. Caixa e equivalentes de caixa:		
Recursos Próprios		
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	949	812
	949	812
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Caixa	33	54
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	4.689	2.811
	4.722	2.865
Contrato de Gestão nº 05/2021		
Caixa	6	6
Bancos conta movimento (a)	-	17
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	4.038	3.304
	4.044	3.327
Lei de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	402	7
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	1.467	1.137
	1.869	1.144
	11.584	8.148

(a) Os Saldos "Bancos conta movimento" são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha (Banco do Brasil e Banco Itaú); e (b) As aplicações referem-se a cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato da Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI (93% a 100% em 2024 e 94% a 97% em 2023), mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. Entre 17 e 26/12/2024 houve aportes financeiros de R\$ 910 em "conta bloqueio" de titularidade da Associação, sob movimentação exclusiva do Ministério da Cultura, em que o Banco do Brasil aplicou automaticamente os valores em uma de suas modalidades que acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI (74% em 2024). Apenas após a liberação desses recursos para movimentação é que a Associação pode aplicar a política de investimentos acima referida.

	31/12/2024	31/12/2023
Composição das aplicações financeiras:		
Recursos Próprios		
Banco Itaú - Fundo de Investimento	949	812
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	607	620
Banco Itaú - Fundo de Investimento	4.082	2.191
Contrato de Gestão nº 05/2021		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	4.038	3.304
Lei de Incentivos Fiscais		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	1.467	1.137
	11.143	8.064

	31/12/2024	31/12/2023
6. Contas a receber:		
Apresentações nacionais	-	6
Apresentações internacionais	-	225
Programa de patronos e doações	-	23
Vendas de livros	-	-
Outras	-	33
		287

7. Depósitos para recursos judiciais:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito judicial - COFINS	12.006	10.479
	12.006	10.479

O montante de R\$ 12.006, em 31 de dezembro de 2024, suporta as provisões para demandas judiciais (vide nota explicativa 14), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

	31/12/2024	31/12/2023
8. Aplicações financeiras vinculadas:		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (i)	-	1.025
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (ii)	5.364	4.870
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (iii)	873	788
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (iv)	555	340
	6.792	7.023

(i) **Fundo de Reserva - Contrato de Gestão nº 001/2019:** Constituído de acordo com a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (b) do Contrato de Gestão e do primeiro termo de aditamento assinado em 27 de dezembro de 2019, equivalente a 6% dos valores repassados no primeiro ano de vigência do Contrato de Gestão. Com a finalização do Contrato de Gestão em 31/12/2024 foi autorizada a reversão desse fundo através do 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão 001/2019 assinado em 15 de março de 2024 para investimentos e custeio de atividades do Plano de Trabalho de 2024. Considerando que tal conta visa cobrir eventuais atrasos de repasses pelo poder público, a Diretoria houve por bem realizar esta reversão apenas em julho de 2024. (ii) **Fundo de Contingência - Contrato de Gestão nº 001/2019:** Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (c) do Contrato de Gestão com redação dada pelo primeiro termo de aditamento, no percentual de 2,84% do valor global do Contrato de Gestão definido no primeiro termo de aditamento. Com a finalização do Contrato de Gestão em 31/12/2024 foi autorizada a transferência, a partir de 2025, desse fundo para constituição de um novo fundo de contingência, vinculado ao Contrato de Gestão 02/2024. (iii) **Fundo de Reserva - Contrato de Gestão nº 05/2021:** Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (b) do Contrato de Gestão, equivalente a 3% do total de recursos dos financeiros repassados pelo Estado, sobre a parcela dos 2 (dois) primeiros anos de vigência do Contrato de Gestão. (iv) **Fundo de Contingência - Contrato de Gestão nº 05/2021:** Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (c) do Contrato de Gestão, equivalente a 1,3% do valor global repassado pelo Estado, respeitando cada parcela repassada, de modo que este fundo continuará a ser constituído durante toda a vigência do Contrato de Gestão. Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, condicionado à aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b) dos Contratos de Gestão. Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de ¾ dos membros de seu Conselho de Administração, e da Secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas. Eventual saldo financeiro remanescente na conta de contingência, após o pagamento dos custos de desmobilização, eventuais despesas de encerramento ou liquidação das contingências, será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído. Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a rubrica contábil "Receita do contrato de gestão", no passivo não circulante. **9. Imobilizado e Intangível: a) Composição:**

	Prazo de depreciação	Acumulada	Líquido 31/12/2024	Líquido 31/12/2023
Imobilizado Instalações				
Moveis e utensílios (a)	10 anos	15 (15)	-	-
Bens Móveis	10 anos	726 (301)	425	376
Máquinas, aparelhos e equipamentos (a)	5 anos	456 (456)	-	-
Instrumentos musicais (a)	10 anos	1.992 (834)	1.158	1.101
Condicionadores de ar	5 anos	71 (22)	49	46
Equipamentos de informática (a)	5 anos	1.463 (478)	985	907
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos	1.207 (703)	504	531
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos	6.146 (2.026)	4.120	4.647
Intangível				
Cessão de uso de software	1 a 5 anos	211 (180)	31	19
			12.287 (5.015)	7.272 (7.627)

a) Na proposta vencedora para Gestão da São Paulo Escola de Dança a Associação incluiu a cessão em comodato de R\$ 1 milhão de reais em equipamentos de iluminação, sonorização, informática, audiovisual e materiais cênicos de propriedade da Associação. Do custo pertence à Associação: **i. Máquinas, aparelhos e equipamentos:** R\$ 870; **ii. Equipamentos de**

informática: R\$ 95; **iii. Instrumentos musicais:** R\$ 43; e **iv. Móveis e utensílios:** R\$ 5. **b) Movimentação:**

	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Imobilizado Instalações	15	-	-	15
Moveis e utensílios	1.088	93	-	1.181
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.804	187	-	1.991
Instrumentos musicais	56	15	-	71
Condicionadores de ar	1.166	298	-	1.464
Equipamentos de informática	1.074	133	-	1.207
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.539	608	-	6.147
Intangível				
Cessão de uso de software	190	21	-	211
	10.932	1.355	-	12.287
Depreciações e amortizações	(3.305)	(1.710)	-	(5.015)
	7.627	(355)	-	7.272

	31/12/2024	31/12/2023
10. Contas e títulos a pagar:		
Contratações de serviços	22	7
Aquisições de materiais	15	39
Locações de equipamentos e imóveis	15	21
Outros	26	5
	78	72
11. Provisões trabalhistas e encargos:		
Provisão para férias	884	925
Encargos sociais sobre provisão para férias	318	335
	1.202	1.260

	Saldos em 31/12/2023	Repasses Recebidos	Transferências	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Transferência Imobilizado	Consumo	Saldos em 31/12/2024
Descrição custo								
Contrato de Gestão (001/2019) (a)	2.072	13.500	(112)	4.191	2.918	(286)	(18.063)	4.220
Contrato de Gestão (05/2021) (a)	2.971	13.399	(300)	398	661	535	(14.073)	3.591
Subtotal	5.043	26.899	(412)	4.589	3.579	249	(32.136)	7.811
Obrigações com o Estado:								
Fundo Reserva e Contingência (001/2019)	5.895	-	(1.081)	-	550	-	-	5.364
Fundo Reserva e Contingência (05/2021)	1.128	-	170	-	130	-	-	1.428
Total dos Fundos Reserva e Contingência	7.023	-	(911)	-	680	-	-	6.792
Ativo imobilizável e intangível (001/2019)	403	-	-	-	-	286	-	689
Ativo imobilizável e intangível (05/2021)	6.338	-	-	-	-	(535)	-	5.803
Total dos Ativo imobilizáveis e intangíveis	6.741	-	-	-	-	(249)	-	6.492
Reserva para Investimentos (001/2019)	12.441	-	-	-	1.274	-	(2)	13.085

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possui saldo de R\$ 7.811, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades dos referidos contratos e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação. **14. Provisão para demandas judiciais:** A Associação é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, substancialmente, questões tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise de processos judiciais pendentes e nas quantias envolvidas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais condenações em tais processos, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências - COFINS (a)	12.006	10.479
	12.006	10.479

(a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Não obstante, no período de maio de 2010 a abril de 2011, a Administração adotou posição conservadora e recolheu a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias. Diante da notícia de que, em solução de consulta formulada por outra Organização Social, o Fisco Federal não reconheceu a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas em Contrato de Gestão, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contra prestação de direito, a partir de julho de 2011 a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória cumulada com repetição de indébito em face da União Federal, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anteriores e vem realizando depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas (vide nota explicativa 7). O processo tramita sob o nº 0011504-31.2011.4.03.6100 e se encontra em fase de apelação perante o TRF3; ▪ **CSLL:** A Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro; ▪ **Imunidade tributária a impostos (IR, ITCMD e ISS):** A Associação, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Tributárias	10.479	1.527	-	12.006
	10.479	1.527	-	12.006

15. Obrigações com o Estado (imobilizado): A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado aos Contratos de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com os Contratos de Gestão será utilizado exclusivamente nas atividades dos equipamentos públicos administrados.

	Líquido 31/12/2024	Líquido 31/12/2023
Imobilizado		
Móveis e utensílios	421	372
Máquinas, aparelhos e equipamentos	463	328
Instrumentos musicais	21	10
Condicionadores de ar	985	906
Equipamentos de informática	451	459
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	4.120	4.647
Intangível		
Cessão de uso de software	31	19
	6.492	6.741

(a) **Benfeitorias em Imóveis de Terceiros:** Para início das atividades na Rua Mauá, 55 - 3º andar, foi necessário reformar e adaptar o espaço para recebimento das equipes e atividades da São Paulo Escola de Dança.

	31/12/2024	31/12/2023
16. Títulos e valores mobiliários (reserva para investimentos):		
Recuperação de depósitos judiciais - ISS	13.085	12.441
	13.085	12.441

Refere-se a recuperação dos depósitos judiciais do ISS acrescidos dos rendimentos financeiros. A destinação deste valor é para ações estruturantes, a fim de dar permanência às atividades e consolidar uma sede própria para a São Paulo Companhia de Dança e só poderá ser utilizado mediante aprovação das partes de projeto para a finalidade prevista no caput da Cl. 7ª, § 13º do 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão 001/2019 assinado em 08 de julho de 2020. Com a redução dos repasses do Contrato de Gestão ao longo dos anos, para o custeio do Plano de Trabalho de 2023, foi autorizada a utilização de receitas financeiras desta conta, até o limite de R\$ 1.501, conforme Cl. 7ª, § 14º do 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão 001/2019 assinado em 29 de dezembro de 2022. Para o custeio de serviços terceirizados de segurança, limpeza, recepção e manutenção predial, bem como o pagamento das contas de água e de energia elétrica, do prédio da antiga Oficina Oswald de Andrade, Rua Três Rios, 363 - Bom Retiro, São Paulo, referente ao período de 01/05/2024 a 31/08/2024, foi autorizada a utilização de receitas financeiras desta conta, até o limite de R\$ 628, conforme Cl. 7ª, § 16º do 7º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 001/2019 assinado em 03 de julho de 2024. A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Reserva para investimentos	12.441	1.272	(628)	13.085
	12.441	1.272	(628)	13.085

	31/12/2024	31/12/2023
Composição das provisões trabalhistas:		
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Provisão para férias	520	629
Encargos sociais sobre provisão para férias	189	230
Contrato de Gestão nº 05/2021		
Provisão para férias	364	296
Encargos sociais sobre provisão para férias	129	105
	1.202	1.260
12. Recursos de lei de incentivos fiscais:		
Projeto		
PRONAC 204081-SPCD Plano Tri-Anual 2021/2022/2023	-	1.141
PRONAC 222722-SP Escola de Dança 2024	2	-
PRONAC 238891-SPCD Plano Anual 2024	554	3
PRONAC 240604-APD MID Mostra Internacional de Dança 2024	100	-
PRONAC 247026-SPCD Plano Anual 2025	913	-
PROAC 23/2024 - SP Escola de Dança Espetáculo Rosto de Janus	300	-
	1.869	1.144

Corresponde à valores recebidos, antecipadamente, a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (PROMAC) ou pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (PROAC). O saldo está depositado em conta específica, na Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa". **13. Recursos do contrato de gestão:**

	31/12/2024	31/12/2023
18. Receitas do contrato de gestão:		
Contrato nº 001/2019	10.955	11.255
Contrato nº 05/2021	13.013	10.402
	23.968	21.657
19. Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.026	3.117
Atualizações monetárias	715	772
Variáveis monetárias	25	1
	3.766	3.890
20. Receitas de atividades:		
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.804	2.608
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	550	354
Doações e patrocínios privados	557	533
Projetos incentivados - PRONAC/PROMAC	1.516	814
Recuperação de despesas e reembolsos	587	62
Outras	145	467
	6.159	4.838
21. Despesas com pessoal:		
Salários e remunerações	(9.407)	(9.032)
Encargos sociais	(3.457)	(3.429)
Benefícios	(2.200)	(1.794)
Estagiários/aprendizes	(62)	(69)
Provisão de férias e encargos	(1.553)	(1.467)
Provisão de 13º e encargos	(1.207)	(1.093)
Outras	(22)	(21)
	(17.908)	(16.905)
22. Atividades artísticas:		
Coreografias	(725)	(897)
Taxas e impostos	(141)	(186)
Técnica e produção	(1.258)	(1.029)

...continuação

Aplicações financeiras vinculadas e Títulos e valores mobiliários, Contas e títulos a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação está sujeita aos seguintes fatores de riscos: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. O risco de liquidez é atenuado pela

constituição e manutenção de fundo de reserva e de contingência nos Contratos de Gestão. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. **28. Cobertura de seguros:** A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **29. Desmobilização:** De acordo com a ITG 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade.

No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam em 31 de dezembro de 2024, a quantia de R\$ 3.864 (R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2023). A desmobilização está apropriada de acordo com o quadro de funcionários de cada Contrato de Gestão, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de Gestão (001/2019)	3.195	3.120
Contrato de Gestão (05/2021)	669	515
	3.864	3.635

30. Eventos subsequentes: Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovação destas demonstrações contábeis que requeeressem divulgação.

Diretoria	
Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes Diretor Administrativo Financeiro - CPF 228.782.078-74	
Contadora	
Veronica Ribeiro Gerlach Paganatto CRC 1SP 267754/O-3 - CPF 361.142.368-82	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Pró-Dança ("Entidade ou Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pró-Dança em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. As demonstrações contábeis são emitidas à auditoria externa, ao Conselho Fiscal para emissão de parecer, ao Conselho de Administração para aprovação e, por fim, à Assembleia Geral para homologação. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 08 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

QUADRO RESUMO DO PLANO DE TRABALHO 2024 - AÇÕES E MENSURAÇÕES SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA - METAS PACTUADAS REALIZADAS			
Metas-Produto	Total Previsto Anual	Realizado 2024	ICM %
1. Produção de novas obras para repertório - número de obras criadas	3	3	100%
2. Manutenção de obras para repertório - número de obras mantidas	14	14	100%
3. Realização de Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - número de obras criadas	2	2	100%
4. Apresentação de espetáculos na cidade São Paulo/SP - quantidade de espetáculos (presencial e virtual)	16	16	100%
5. Apresentação de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - quantidade de cidades	9	10	111%
6. Apresentação de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - quantidade de espetáculos (presencial e virtual)	13	14	108%
7. Apresentação de espetáculos gratuitos para estudantes e idosos - quantidade de espetáculos (presencial e virtual)	4	4	100%
8. Oficinas de Dança - quantidade de oficinas (presencial e virtual)	12	13	108%
9. Palestras de Dança - quantidade de palestras (presencial e virtual)	6	6	100%
10. Pesquisa de Perfil de Percepção - número de pesquisas realizadas	3	3	100%
11. Programa Dança em Rede - número de verbetes	30	30	100%
12. Documentários de dança (Figuras da Dança) para exibição em TV e distribuição em plataformas digitais - nº de documentários produzidos	1	1	100%
Metas-Resultado			
1. Apresentação de espetáculos na cidade de São Paulo/SP - número de espectadores (presencial)	5.600	9.984	178%
2. Apresentação de espetáculos na cidade de São Paulo/SP - número de espectadores (virtual)	1.155	4.645	402%
3. Apresentação de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo/SP - número de espectadores (presencial e virtual)	4.550	4.639	102%
4. Apresentações de espetáculos gratuitos para estudantes e idosos - número de espectadores	1.400	2.366	169%
5. Oficinas de dança - Número de participantes (presencial e virtual)	276	503	182%
6. Palestras de dança - Número de participantes (presencial)	195	297	152%
7. Palestras de dança - Número de participantes (virtual)	216	675	313%
8. Captação de recursos - mínimo de 21% do repasse anual de 2024	R\$ 2.835.000,00	R\$2.853.599,76	101%
9. Satisfação do público Atividades Educativas - Índice mínimo de satisfação de Público Educativo	> OU = 75%	100%	100%
10. Satisfação do público Espetáculos - Índice mínimo de satisfação de Público de Espetáculos	> OU = 75%	100%	100%
11. Medição de resultados com egressos - Relatório de medição de egressos	1	1	100%

QUADRO RESUMO DO PLANO DE TRABALHO 2024 - AÇÕES E MENSURAÇÕES SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA - METAS CONDICIONADAS REALIZADAS			
Metas Condicionadas	Realizado 2024		
1. Produção de novas Obras para Repertório - número de obras criadas	1		
2. Manutenção de Obras para o Repertório - número de obras mantidas	8		
3. Apresentação de espetáculos na cidade de São Paulo - Qt. De Espetáculos (presencial e virtual)	16		
4. Apresentação de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - Qt. De Cidades (presencial e virtual)	3		
5. Apresentação de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - Qt. De Espetáculos (presencial e virtual)	4		
6. Apresentação de espetáculos em outros Estados do Brasil - Qt. De Cidades (presencial e virtual)	1		
7. Apresentação de espetáculos em outros Estados do Brasil - Qt. De Espetáculos (presencial e virtual)	1		
8. Turnês Internacionais - Qt. De Turnês (presencial e virtual)	3		
9. Turnês Internacionais - Qt. De Cidades (presencial e virtual)	24		
10. Turnês Internacionais - Qt. De Espetáculos (presencial e virtual)	43		
11. Apresentações em outros espaços culturais - número de apresentações (presencial e virtual)	2		
12. Transmissão de Apresentações - número de transmissões	2		
13. Apresentação de espetáculos gratuitos para estudantes e idosos - Qt. De Espetáculos (presencial e virtual)	6		
14. Oficina de dança - quantidade de oficinas (presencial e virtual)	4		
15. Palestras de dança - quantidade de palestras (presencial e virtual)	22		
16. Acessibilidade - número de audiodescrição de novas obras	3		
17. Acessibilidade - tradução de palestras em libras	7		
18. Ações/Visitas a instituições de saúde e/ou assistenciais - número de ações/visitas (presencial e virtual)	2		
19. Aulas abertas na SPCD - número de aulas (presencial e virtual)	3		
20. Atendimento a estudantes de graduação e pós-graduação - número de estudantes atendidos (presencial e virtual)	11		
21. Programa Dança em Rede - número de verbetes	6		
22. Gravação de conteúdo para distribuição em plataformas digitais - número de conteúdos gravados	4		
23. Registro em vídeo das novas obras do repertório da SPCD - número de gravações	6		
24. Documentários de dança (Figuras da Dança) para exibição em TV e distribuição em plataformas digitais - número de documentários criados	2		
25. Livro de fotos e textos da SPCD - número de livros	1		
26. Captação de Recursos	R\$1.863.572,38		
INFORMATIVO DE PÚBLICO DAS METAS CONDICIONADAS REALIZADAS SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA 2024			
Atividades	Público Ano		
1. Apresentação de espetáculos na cidade de São Paulo/SP - Qt. De Espectadores (presencial)	11.173		
2. Apresentação de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo/SP - Qt. De Espectadores presencial	1.095		

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal examinaram as contas e balanço da Associação Pró-Dança, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, e decidiram apresentá-los ao Conselho de Administração opinando pela sua aprovação

Hélio Nogueira da Cruz (Presidente)

Iside Maria Labate Maiolini Mesquita

José Carlos de Souza Santos

Eduarda Bueno (suplente)

Conselho de Administração

Tereza Rachel Coser (Presidente);
Maria do Carmo Abreu Sodré Mineiro (Vice Presidente);
Alexandra Milletny Olivares de De Viana;
Dilma Helena Nascimento de Souza Campos;

Elisa Marsiaj Gomes;
Eugênia Monica Beatrice Gorini Esmeraldo;
George Acohamo Brasileiro de Lima;
Gustavo Massami Tachibana;

Jader Andre de Souza Rosa;
José Fernando Perez;
Karen Ricci dos Santos; Luciano Saad Cury
Maria Cristina Frias de Oliveira;

Milton Paulo Coatti Filho;
Mônica Dominici Orcoi; Priscilla Troiano Zogbi;
Ricardo Campos Cayubi Ariani;
Rodolfo Villela Marino; Wilton de Souza Ormundo

Inês Vieira Bogéa - Diretora Artística e Educacional

Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes - Diretor Administrativo Financeiro

Veronica Ribeiro Gerlach Paganatto - CRC 1 SP 267754/O-3



Este documento pode ser verificado pelo código E.2025.03.14.4.1422.1 em <http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

